

Brasil só paga credores depois de acordo

Washington — A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, reiterou ontem em Washington a disposição do Governo brasileiro de iniciar negociações com os bancos credores no princípio do mês que vem e lembrou que qualquer pagamento só deverá ser efetuado depois de se chegar a um acordo com os credores. Isso significa, na prática, que o Brasil deixará expirar um novo trimestre sem fazer qualquer pagamento dos juros em atraso, acumulados desde 1989, e que no final de agosto chegavam a sete bilhões e cem milhões de dólares, segundo os meios bancários.

Os ministros e presidentes dos bancos centrais dos sete grandes países industrializados (G-7), que se encontraram sábado em Washington, durante uma das reuniões anuais do Fundo Monetário e do Banco Mundial, fizeram um apelo ao Brasil para efetuar os pagamentos. "Esperamos que o Brasil venha a resolver o problema da dívida em atraso, no contexto de um acordo formal com o FMI", expressou o comunicado do G-7.

O diretor-gerente do FMI, Mi-

chel Camdessus, havia dito na quinta-feira passada que não poderia levar adiante a carta de intenção assinada pela ministra Zélia Cardoso de Mello na semana passada, destinada a conseguir um empréstimo *stand-by* de dois bilhões de dólares, enquanto não houvesse negociações com sérias perspectivas de acordo, entre o Brasil e os bancos comerciais. Um funcionário do Ministério da Economia brasileiro comentou que o Brasil poderia fazer de imediato um pagamento simbólico da dívida, uma vez que já está depositando fundos com esse objetivo, numa conta especial no Banco Central, mas o provável resultado disso seria fazer endurecer ao invés de abrandar a posição dos bancos. O Brasil já tem uma grande experiência de negociações com os bancos, desde 1983, e sabe que sua única possibilidade de obter concessões significativas seria o pagamento dos atrasados, disse o funcionário.

O Brasil lembrou ontem à comunidade internacional que é um dos países mais afetados pela crise do Golfo Pérsico e frisou que precisa de esforço de cooperação e respaldo das instituições

financeiras multilaterais para enfrentar esta crise.

Falando para o comitê interino, máxima instância do Fundo Monetário Internacional, a ministra da Economia do Brasil, Zélia Cardoso de Mello, afirmou que a crise do Golfo põe em risco o progresso limitado que estava conseguindo junto às nações industrializadas, para reduzir seus desequilíbrios, os progressos no sentido da estabilização econômica e retomada do crescimento.

O Banco Mundial, o FMI e todos os credores devem prestar atenção ao momento que vivemos e adotar métodos mais flexíveis, desembolsando recursos adicionais para apoiar os países afetados, disse Zélia.

Lembrou que o Brasil é um dos maiores devedores e um dos maiores importadores de petróleo e que, além disso, teve que deixar de exportar várias mercadorias por causa do embargo da ONU.

Segundo um estudo do Banco Mundial, o Brasil pode perder anualmente dois bilhões e 400 milhões de dólares por ter parado de exportar para o Iraque e para o Kuwait.

REUTERS



Zélia encontrou-se ontem com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady.